



APONTAMENTOS HISTÓRICOS SOBRE A EDUCAÇÃO NA CAPITÂNIA E NA PROVÍNCIA DE PERNAMBUCO

Allene Lage

Universidade Federal de Pernambuco. allenelage@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo reúne um dos resultados de uma pesquisa pós-doutoral na faculdade de Educação da UFRGS, financiada pela CAPES. Nesse sentido reúne dados históricos sobre como ocorreu o processo de organização das primeiras letras e instrução pública na Capitânia e na Província de Pernambuco e como se foi se caracterizando o cenário da educação nesses dois períodos históricos. A pesquisa histórico-bibliográfica foi o centro do nosso aporte metodológico, na medida em que procuramos reunir pesquisas e obras sobre a história de Pernambuco e cruzamos com a produção sobre história da educação nesse estado. Caracterizamos a instrução pública do Pernambuco Capitânia e também Pernambuco Província na perspectiva de compreender a construção histórica da educação pública nesse estado. As nossas conclusões apontam que desde o início a educação esteve a serviço das classes dominantes, ela foi se constituindo amalgamada com os interesses econômicos e políticos dessas classes.

Palavras-Chave: História da Educação em Pernambuco; Instrução Pública, Primeiras Letras, Capitânia de Pernambuco, Província de Pernambuco.

Introdução

A história de Pernambuco colonial foi marcada desde o seu início por longas lutas em defesa do território: lutas entre indígenas e portugueses; lutas destes dois contra os invasores e lutas de invasores e indígenas contra os portugueses. Enfim, foi de fato um período de relações e articulações instáveis, que iam se organizando conforme os contextos político e econômico em cada momento da história da Colônia e, em particular, da Capitania pernambucana. Na dimensão econômica, a cultura da cana ampliou-se cada vez mais, a ponto de tornar-se a base da ocupação e colonização do Brasil. Isto, na medida em que essa cultura alavancou a organização de vilas e povoados em torno da produção, administração e comercialização do açúcar, ancoradas na grande propriedade açucareira, que, segundo Prado Junior (1970, p. 37), “reúne num mesmo conjunto de trabalho produtivo, um número mais ou menos avultado de indivíduos sob a direção imediata do proprietário ou feitor”. No campo das lutas políticas, as guerras, insurgências, revoluções e enfrentamentos sempre estiveram presentes e foram de grande importância para a construção de uma cultura política de participação ativa, inclusive com armas, em Pernambuco.

A política de catequização da nova gente e de expansão da fé católica, implementada vinte anos depois da chegada de Duarte Coelho à Pernambuco, em 1568, sob a égide da educação missionária, deu início ao funcionamento da Escola Elementar de Olinda, a qual teve como o primeiro lente o padre Amaro Gonçalves, com aulas de latim e aula elementar de leitura e escrita, conforme Duarte (1986, p.21-22).



A partir daí, novas instituições de educação dirigidas por missionários foram sendo instaladas, tanto em Pernambuco como no Brasil como um todo. A ideia era fincar as bases da fé católica no novo mundo, garantindo assim a servidão da nova gente aos princípios da fé católica, num momento em que a contra-reforma ganhava força para interpelar o mundo católico, com uma nova perspectiva cristã. Para Lemme (1959, p.31), no período colonial, Portugal não tinha qualquer interesse real em estender os benefícios da educação e da cultura à população, pois “os jesuítas que aqui vieram ‘catequizar’ os selvagens, executando a política da Igreja Católica, em plena reação da contra-reforma, preocupavam-se essencialmente em formar sacerdotes e dilatar os domínios temporais do Papado”.

Apesar dos interesses coloniais de Portugal sobre o Brasil, que não estavam voltados para construir uma colônia forte e letrada, mas sim um colônia onde se pudesse extrair o máximo de riquezas das terras d’além mar, o Brasil foi construindo suas experiências de instrução pública com vistas a oferecer leituras elementares e operações aritméticas básicas para um pequeno grupo de trabalhadores que formasse uma força de trabalho necessária aos processos de contagem e registro da produção para agricultura, pecuária, comércio e iniciativas de produção mecanizada com a força e animal.

Em face desses aspectos históricos, guiaremos o nosso estudo para responder a seguinte questão: Como ocorreu o processo de organização da instrução pública na Capitânia e na Província de Pernambuco e como foi se caracterizando o cenário da educação nesses dois períodos históricos?

2. Metodologia

A pesquisa histórico-bibliográfica é o centro do nosso aporte metodológico, na medida em que procuramos reunir pesquisas e obras sobre a história de Pernambuco e cruzamos com a produção sobre história da educação nesse estado. Nessa direção fizemos um levantamento histórico, que é um procedimento que visa levantar e organizar todas as informações pertinentes sobre um evento, um fato histórico, ou mesmo um determinado período da história. Em nosso estudo reunimos obras históricas e estudos sobre esta época, incluindo livros publicados apenas no âmbito de Pernambuco, além de obras clássicas como de Moacyr Primitivo intitulada “A instrução e as províncias: subsídios para a história da educação no Brasil. 1835 – 1889. v. 1. Das Amazonas às Alagoas”, publicada em 1940 pela Companhia Editora Nacional, que tivemos acesso, no setor de obras Clássicas da Biblioteca da UFRGS.

Numa busca em sebos nacionais identificamos algumas obras específicas ou em forma de fragmentos que dissertasse sobre a educação em Pernambuco, e que tratassem desde os primeiros tempos desse Estado, quando ainda era Capitânia e depois Província. Devido à escassez de obras sobre este tema fizemos um trabalho de garimpo epistemológico na tentativa de reunir elementos. Nessa busca nos deparamos com levantamentos históricos das primeiras experiências de educação pública, quando ainda



realizada nas residências dos professores, até o início das primeiras escolas, configurando-se num mapeamento escolar, ainda que em tempos embrionários.

Reunir este dados e organizando-os em cronologias aproximadas, articulando estudos históricos tornou possível conhecer o panorama educativo de Pernambuco quando Capitânia e quando Província, condensando os primeiros tempos da educação pernambucana. Nessa direção, a pesquisa histórica pode ser pensada nos termos de Godoy (1995), quando reflete sobre o potencial da pesquisa qualitativa, que tem em conta o fato de esta não enumerar ou medir os eventos estudados, nem empregar instrumentos estatísticos na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que se vão definindo à medida que o estudo se desenvolve (GODOY, 1995, p. 58).

3. Resultados e Discussão

3.1. A Educação na Capitânia de Pernambuco

Para Almeida (1989, p. 37), “o governo colonial do Brasil, ao contrário dos governos coloniais de outros povos, como a Espanha, sempre foi hostil ao desenvolvimento da instrução pública e – salvo raras exceções – sempre reprimiu a expansão do espírito nacional”. Nessa direção, as principais capitânias, especialmente a de Pernambuco, por ser uma das mais importantes, passam a ser objeto da política de expansão da educação missionária.

Sendo assim, durante os dois primeiros séculos do período colonial, as missões jesuítas foram instalando escolas e colégios para os filhos das classes mais abastadas que estavam se constituindo, especialmente a partir da indústria açucareira, que demandava formação para administrar e comercializar o açúcar, conforme se vê no Quadro 1.

Quadro 1 - Cronologia da Educação Missionária em Pernambuco – Período Brasil Colônia.

Instituições e ações para a educação	Conteúdo/ênfase	Período
Escola Elementar de Olinda	Aulas elementares de leitura, escrita e latim	1551
Colégio dos Jesuítas de Olinda	92 matrículas - sendo 70 do curso elementar e 22 de humanidades	1576
Curso de Teologia	Teologia	1576
Trabalho Educativo dos Franciscanos	Catecismo cristão, leitura, escrita, contos e instrumento musical – Conteúdo definido como catequese e civilização	1585
Colégio dos Jesuítas do Recife	Não há informação	1655
Reflorestamento do Colégio de Olinda	Por Carta Régia de 28 de janeiro de 1687 foi concedido aos alunos concluintes do curso de filosofia o direito de ingresso nos cursos superiores da Universidade de Coimbra.	1687
Colégio N. Senhora do Ó dos Jesuítas Fundado no Século XVII	Colégio sob a responsabilidade dos Jesuítas.	1687
Fechamento do Colégio de Olinda e do Recife	Com a expulsão dos jesuítas do Brasil estes dois colégios foram fechados.	1760

Fonte: Informações sistematizadas a partir de Duarte (1986)



Este quadro mostra a predominância do ensino missionário em Pernambuco, especialmente em Olinda, que na época era o centro mais importante da Capitania. O Colégio Jesuíta de Olinda teve grande importância nesse contexto, pois em 1687 foi concedido aos alunos concluintes do curso de filosofia o direito de ingresso nos cursos superiores da Universidade de Coimbra, que desde sempre foi responsável por formar a elite brasileira, o que denota a relevância de Pernambuco no cenário político da época.

De fato, olhando para a história de Pernambuco, tudo apontava para a importância do papel da educação para o fortalecimento das ideias, sempre latentes, que poderiam dar início a novas revoltas e revoluções visando autonomia. Se o povo com pouca instrução estava em constante luta contra o jugo colonial, os invasores, as administrações locais, com enfrentamentos sangrentos, a educação poderia qualificar ainda mais as lutas, tal como aconteceu na Revolução Praieira, onde os intelectuais protagonizaram a luta política.

Nessa direção, Silva (2007, p.46) afirma que havia “uma política de controle das letras potencialmente subversivas, no Reino e no Ultramar”, razão pela qual a educação missionária era tão adequada, pois suas letras falavam que a submissão levava aos céus e o pecado ao inferno. Por isto, uma “permanente preocupação com o ‘mau’ uso das letras oficiais que, porventura, caíssem em poder de determinados segmentos sociais política e/ou socialmente marginalizados, principalmente das colônias”.

Contudo, a estratégia da educação no Brasil muda radicalmente, quando o Marquês de Pombal assume o cargo de primeiro ministro de Portugal (1750-1777) e define novos objetivos tanto para a Metrópole quanto para as colônias do Ultramar, nos âmbitos econômico, administrativo e educacional. Na educação, Pombal encerra de maneira drástica o período da educação construída pelos jesuítas da Companhia de Jesus. Nessa direção, um aspecto preponderante nas reformas pombalinas é o fato da educação sair das mãos da igreja e passar para as mãos do Estado.

Ainda para Silva (2007, p.34 e 35), as chamadas reformas pombalinas tiveram como objetivo principal “nacionalizar e secularizar a administração da educação no Reino e Ultramar e, principalmente, transformá-la num instrumento efetivamente a serviço do estado português”, o que, para esta autora objetivava também a “formação dos súditos do futuro ‘homens públicos’ bem como a difusão do português como idioma e, por seu intermédio, a manutenção do domínio português nas fronteiras”. Em consonância com esses objetivos, o Alvará Régio de 28 de junho de 1759 do Marquês de Pombal promoveu a desarticulação das escolas e colégios jesuíticos de Portugal e de todas as colônias e, conforme apontam Seco e Amaral (2006), “abriu lugar para a criação das aulas régias ou avulsas de Latim, Grego, Filosofia e Retórica”, além da criação da figura do ‘Diretor Geral dos Estudos’, para nomear e fiscalizar a ação dos professores”.



Para Seco e Amaral (2006) “as aulas régias eram autônomas e isoladas, com professor único e uma não se articulava com as outras”. Estas autoras acrescentam ainda que “o novo sistema não impediu a continuação do oferecimento de estudos nos seminários e colégios das ordens religiosas que não a dos jesuítas (Oratorianos, Franciscanos e Carmelitas, principalmente)”. Se, por um lado, houve o rompimento do Estado Colonial com a educação jesuíta, as reformas de alguma maneira deixaram uma porta entreaberta para as demais congregações que, sem a autonomia de antes, permaneceram e se expandiram, mas submetidos ao controle colonial.

Uma inovação que visou assegurar o financiamento da instrução pública foi a publicação do Alvará de 1772, uma legislação complementar que criou o chamado Subsídio Literário. Para Silva (2007, p.85), a “intenção desta legislação foi centralizar os instrumentos e as instâncias de cobrança e arrecadação dos recursos públicos que passaram, pela primeira, a ser especificamente destinados àquele fim”. Os valores variavam conforme a colônia. Para o caso da América portuguesa e da África, “a cada 460 gramas (1 arretel ou 1 libra) de carne verde cortada nos açougues, deveria ser pago 1 real; e a cada dois litros de aguardente da terra (1 canada), pagos 10 réis, para fins do Subsídio” (Ibidem).

As reformas pombalinas na educação no Brasil, apesar da criação do imposto literário, não conseguiram criar uma estrutura de escolas e colégios. Ainda para Silva (2007, p.74), “a vinculação dos estudantes era com os seus professores, e não com os espaços físicos nos quais as aulas aconteciam”. As aulas poderiam ocorrer em qualquer lugar e os alunos “costumavam assistir aulas nas salas, sótãos, porões, quintais ou “puxados” para este fim construídos, nas casas dos professores ou por eles arranjados” (Ibidem). Por fim afirma que “a sede do conhecimento, principalmente do conhecimento básico (do ler, escrever e contar), era o local no qual estivesse o próprio professor!” (Ibidem).

Se a vinculação da instrução pública estava na relação professor-aluno, o Estado por sua vez se omitia ao não oferecer a estrutura física e demais recursos pedagógicos mínimos, transferindo esta responsabilidade para o professor que também tinha o seu trabalho depreciado na medida em ficavam a seu cargo desde a organização do lugar e os recursos pedagógicos, até a própria decisão sobre quem e o que deveria ensinar. Segundo Silva (2007, p.84), o Alvará não especificava “quem podia ou não frequentar, como aluno, as escolas a serem criadas, bem como nada referente a quem podia ou não ser professor”. A única exigência, segundo esta autora, “era a da obtenção da licença profissional junto à Real Mesa censória, que passou a fazer as vezes da extinta Diretoria Geral de Estudos” (Ibidem). Com a licença os professores tinham autonomia para decidir “o que ensinariam, a quem o fariam, aonde queriam ou podiam fazê-lo e quais as matérias e recursos usariam para tais fins, apesar das determinações da Coroa” (Ibidem, p. 163).



Em 1798, o retrato da educação em Pernambuco apresentava um conjunto de trinta cadeiras, distribuídas em todo o Estado, sendo que a Vila de Recife reunia o maior número, nove cadeiras, enquanto que a cidade de Olinda, já em decadência, apresentava apenas cinco cadeiras e mais quatro substitutos. Exceto Boa Vista e a Vila Iguaraçu, primeiro povoamento de Pernambuco, todas as demais freguesias estavam localizadas na Zona da Mata, região caracterizada pela presença dos engenhos, do latifúndio e da cana-de-açúcar, onde as elites agrárias da época tinham poder político suficiente para garantir a presença dos mestres, que assegurassem um mínimo de educação para alguns trabalhadores.

Quadro 2 - Número de Professores/Cadeiras da Comarca de Pernambuco em dezembro de 1798.

Localidade	Cadeiras
Vila do Recife	1 Cadeira de Geometria; 1 Cadeira de Retórica; 1 Cadeira de Grego; 1 Cadeira de Filosofia; 2 Cadeiras de Latim e 3 Cadeiras de Primeiras Letras
Boa Vista	1 Cadeira de Latim e 1 Cadeira de Primeiras Letras
Freguesia da Várzea	1 Cadeira de Primeiras Letras
Freguesia do Cabo	1 Cadeira de Primeiras Letras
Freguesia da Muribeca	1 Cadeira de Primeiras Letras
Cidade de Olinda	1 Cadeira de Retórica; 2 Cadeiras de Latim; 1 Substituto de latim de Olinda e Recife e 3 Substitutos de Primeiras Letras
Freguesia de Paudalho	1 Cadeira de Primeiras Letras
Freguesia de Santo Amaro (Jaboatão)	1 Cadeira de Primeiras Letras
Freguesia de Maranguape	1 Cadeira de Primeiras Letras
Freguesia de Santo Antão da Mata	1 Cadeira de Primeiras Letras
Freguesia de São Lourenço	1 Cadeira de Primeiras Letras
Vila de Igarauçu	1 Cadeira de Latim e 1 Cadeira de Primeiras Letras
Freguesia de Tracunhaem	1 Cadeira de Primeiras Letras
Vila de Serinhaem	1 Cadeira de Latim e 1 Cadeira de Primeiras Letras
TOTAL DE CADEIRAS	30 Cadeiras

Fonte: SILVA, 2007, p. 104 – 105. Números de Professores, ordenados que vencem e do que se lhes deve até o último dezembro de 1798.

Conforme se vê, a educação em Pernambuco foi destinada à Recife e seus arredores, à Olinda e sua área de influência, e à região dominada pelos senhores de engenho, pois as vilas e freguesias do interior apontadas no Quadro 1 estão todas localizadas na Zona da Mata, região até hoje voltada para o plantio da cana-de-açúcar. Em se tratando de grandes extensões de terra pertencentes a cada engenho, a presença de mestres significava também o poder político dos senhores de engenho e a garantia de uma educação mínima destinada à produção do açúcar. Nessa direção, Maia (2009, p. 23) fala da “necessidade de qualificar mão-de-obra para os modernos maquinismos introduzidos na indústria açucareira”. Para a autora, havia o aproveitamento da população nacional, mais especificamente do “jovem sem recursos,



abandonado pela família, órfão [...] mão-de-obra livre disponível que qualificavam de instável e tendente à vadiagem” (Ibidem). Dessa maneira o poder provincial garante as “condições para modernização da produção açucareira, que começava apontar para a necessidade da criação de escolas agrícolas ou de agricultura” (Ibidem).

Silva (2007, p. 242) afirma que as aulas criadas na capitania de Pernambuco após as reformas pombalinas na área da educação “concentraram-se na Mata, no litoral, região que, nas primeiras décadas do século XIX, abrigava 66% da população e equivalia a apenas 16% da superfície do que hoje é o Estado de Pernambuco”, porém sempre “dentro dos limites impostos pelas práticas políticas (e clientelistas) e pelas prioridades orçamentárias dos governos provinciais”. Contudo, um fato vem acrescentar alguns progressos na educação e cultura, que foi a vinda da corte portuguesa para o Brasil em 1808. A chegada da família real no Brasil traz uma estrutura administrativa e um conjunto de serviços reais, mas traz também uma grande comitiva real para ocupar os cargos e serviços públicos mais importantes. Esta nova organização de governo monárquico no Brasil demanda um grande número de pessoas com diferentes níveis de escolarização, desde as primeiras letras para os trabalhadores que iriam ocupar os cargos mais baixos até as aulas maiores.

Apesar da capital do Brasil ter sido transferida de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, e com isto tenha perdido poder político e econômico, a Capitânia de Pernambuco ainda manteve durante muito tempo sua importância na região Nordeste. Dessa maneira, a riqueza dessa Capitania, que tinha duas classes bem distintas, uma classe culta e outra de ricos comerciantes, a chegada da corte portuguesa no Rio de Janeiro de alguma maneira induziu avanços na educação, especialmente para as classes dominantes da época. Entretanto para Lemme (1959, p.31), estes progressos “não poderiam se estender ao povo, pois a economia escravagista era incompatível com a elevação do nível cultural da massa”.

3.2. A Educação na Província de Pernambuco no Brasil Império

A transição do Brasil Colônia para Império do Brasil ocorreu em meio a uma instabilidade político-administrativa e insatisfação dos grupos políticos que desejavam o federalismo, que culminaram na abdicação de D. Pedro I e na instalação do governo regencial. O período da Regência durou de 1831 a 1840, quando houve o Golpe da Maioridade, com a proclamação da maioria de Pedro II, filho de Pedro I. Em 1824 é outorgada a primeira Constituição Brasileira, a qual, em seu Artigo 179, parágrafos XXXII e XXXIII, estabelece que a oferta da “Instrução primária, e gratuita a todos os Cidadãos”, bem como “Collegios e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Sciencias, Bellas Letras, e Artes” (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2012)¹. No entanto, em concreto, a educação não esteve



acessível a todos os cidadãos, mas apenas, e de forma seletiva, a alguns grupos de maior poder político e econômico, não se abrindo mais que pequenas brechas de acesso para as classes populares.

O impacto na educação foi sentido na ampliação do número de aulas, contudo pouquíssimas em relação à real necessidade de instrução pública, não se constituindo, pelo menos no início, numa nova política educacional. Para Silva (2007, p. 169), posteriormente a 1824 “as autoridades que se sucederam no governo da Província, tentaram centralizar também as formas de controle por sobre as práticas públicas de educação escolarizada e por sobre o magistério provincial, começando pelo Recife”. Diferentemente do período sob a égide das reformas pombalinas na educação, no Brasil Imperial foram promulgadas algumas leis que davam novos instrumentos para a ampliação da educação, como a Lei de 15 de outubro de 1827, que mandava criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, sem, no entanto, ter o poder de garantir o cumprimento da legislação. No artigo primeiro desta Lei se definia que em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos haveria escolas de primeiras letras quantas fossem necessárias, como se vê no Quadro 3.

Quadro 3 - Aulas e alunos públicos da Província de Pernambuco (1798 – 1852)

ANO	LOCAL	IAS LETRAS				PÓS IAS LETRAS			
		Masculinas		Femininas		Masculinas		Femininas	
		Aulas	Alunos	Aulas	Alunas	Aulas	Alunos	Aulas	Alunas
1798	RECIFE	5	-	-	-	7	-	-	-
	OLINDA	4	-	-	-	3	-	-	-
	PERNAMBUCO	11	-	-	-	3	-	-	-
	Total	20	-	-	-	13	-	-	-
1828	RECIFE	11	-	3	-	3	-	-	-
	OLINDA	4	194	1	-	1	54	-	-
	PERNAMBUCO	43	-	1	-	4	-	-	-
	Total	58	-	5	-	8	-	-	-
1843	RECIFE	11	624	4	76	3	118	-	-
	OLINDA	6	215	1	23	-	-	-	-
	PERNAMBUCO	41	1112	6	130	6	82	-	-
	Total	58	1951	11	229	9	200	-	-
1852	RECIFE	13	788	6	356	3	39	-	-
	OLINDA	6	232	2	57	-	-	-	-
	PERNAMBUCO	44	1240	8	289	4	44	-	-
	Total	63	2260	16	702	7	95	-	-

Fonte: SILVA, 2007, p.279²

¹ Foi mantida a grafia da época.

² Nesse levantamento considerava-se Pernambuco como o interior da Capitânia. Recife e Olinda, por terem condições diferenciadas devido ao seu contingente populacional e desenvolvimento político e econômico alcançado até aquele momento, tiveram seus dados educacionais levantados em separado. É esta a razão de o Quadro 3 apresentar resultados



Em Pernambuco, o desdobramento dessa legislação triplicou, em 30 anos (1798 – 1828), as aulas de primeiras letras, as quais passaram de 20 para 58. No entanto, o que se percebe é uma redução em cerca de 50% do número de aulas de pós-primeiras letras. A abertura de novas aulas em Pernambuco estava em conformidade com a orientação do recente período imperial. Nessa direção, Moacyr (1940, p.487) nos aponta que em 1837 foi decidida a criação, nas vilas e povoados, de “aulas de primeiras letras para meninos e meninas, onde possam habitualmente frequentar atenta a população, tanto estas como aquelas, 25 alunos”, devendo ser suprimidas se, durante três anos consecutivos, tivessem diminuída a frequência. É por isto que se vê no quadro o número de aulas aumentando, mesmo que algumas aulas constem como não tendo alunos ou alunas.

Uma mudança que se percebe no Brasil Império é a definição clara da educação para meninas. Nessa direção, conforme o Quadro 3 mostra, foram criadas em Pernambuco, no ano de 1828, cinco aulas de primeiras letras para meninas, sendo três em Recife, uma em Olinda e uma no interior, apesar de não ter havido matrículas na época. Contudo, no levantamento de 1843 já se percebe a presença crescente de meninas nas aulas de primeiras letras, o que denota uma valorização, por parte das famílias, da frequência escolar das meninas. Já para as aulas de pós-primeiras letras, em nenhum dos períodos apontados em que houve o levantamento de informações, foram ofertadas aulas para as meninas.

No que se refere ao número de escolas, Almeida (1989, p.61) afirma que a estatística oficial de 1832 apontava, em todo o Império, “162 escolas de meninos e 18 de meninas”; e sobre estas 180 escolas, diz que havia ao menos “40 nas quais o lugar do professor estava vacante, e deste número, 8 eram escolas de meninas. Havia, pois, em todo o Brasil 10 escolas para o sexo feminino”. Nesse sentido, Primitivo Moacyr (1940, p.487) lamenta que, em 1850, depois de a Província haver feito grande despesa com a instrução pública, fosse tão diminuto em relação a sua população o número de discípulos que frequentavam as respectivas aulas. Mas, por outro lado, Sellaro (2009, p.76) diz que, quanto às reformas, “ainda que o discurso oficial, expresso na legislação, se propusesse a atender aos interesses da maioria, os princípios realmente assumidos pelo Sistema Escolar tendiam a beneficiar os grupos de maior representação política”.

Sellaro (2009, p. 78) afirma ainda que o ensino permanecia “preso à concepção recebida da Lei Geral do Ensino Elementar, de 1827, das escolas de primeiras letras, sem preocupações com o sentido formativo, integrador do homem em sua realidade, em seu meio”. Concordamos com Sellaro, pois os objetivos da educação sempre foram convenientemente pensados para garantir formação necessária e específica, tanto para as classes populares (educação mínima), quanto para as classes dominantes, para separados para Recife, Olinda e Pernambuco.



garantir a reprodução do seu poder político e econômico. Assim, sem abandonar o modelo das aulas independentes, foram criadas novas instituições educativas, que ampliaram e diversificaram os cursos, alguns voltados para o ensino profissionalizante, outros para o ensino superior, como a Faculdade de Direito do Recife, além da criação de escolas e colégios voltados para meninas e da retomada de instituições dirigidas por padres e freiras.

Neste período, foram também criadas as primeiras Escolas Normais no Brasil, localizadas nas cidades de Niterói (1835), em Salvador (1836), em Fortaleza (1845) e em São Paulo (1846). Na Província de Pernambuco, a Escola Normal foi criada em Recife no ano de 1864, inicialmente destinada a formar professores do sexo masculino, com 37 alunos matriculados. Em 1875 foi permitida a frequência do sexo feminino. As Escolas Normais trouxeram grande contribuição para a formação e melhoria da qualidade do ensino na época. Conforme se vê no Quadro 4, nos primeiros 50 anos de Império, ocorreu a criação da nova estrutura da educação em Pernambuco.

Quadro 4 - Cronologia da Educação em Pernambuco - Período Brasil Império.

Instituições e ações para a educação	Conteúdo/ênfase	Período
Liceu Provincial de Pernambuco e depois Ginásio Pernambucano	Compreendia as Aulas Menores (primeiras letras) e as Aulas Maiores (currículo secundário), incluindo: desenho, retórica, latim, filosofia e geometria.	1825
Curso Jurídico de Olinda origina o do Recife	Primeiro curso jurídico de Pernambuco e o segundo do Brasil. Em 1853, estes dois cursos foram transformado em Faculdade de Direito.	1827
Escolas Primárias para o sexo feminino em Pernambuco	Em 1832, no Governo Regencial foram criadas as primeiras escolas primárias do sexo feminino. Em Pernambuco ocorreram as primeiras providencias em 4 anos mais tarde.	1836
Primeira Escola Veterinária do Brasil	Fundada em Olinda e mantida pelos beneditinos do Mosteiro de São Bento.	1837
Primeira lei orgânica de ensino de Pernambuco	As escolas primárias da Província ficariam sob a jurisdição do Liceu Provincial.	1837
Escola de Aprendizes Marinheiros de Pernambuco	Inicialmente denominada Companhia de Imperiais Aprendizes Marinheiros, composta por jovens de 10 a 17 anos.	1840
Escola N.S. da Esperança Colégio Santa Tereza	Criada pelas Irmãs de Caridade de São Vicente. Em 1863 passou a se chamar Colégio Santa Tereza em Olinda.	1845
Ginásio Pernambucano	O antigo Liceu Provincial é transformado em Ginásio Pernambucano. Em 1893 passou a ser denominado Instituto Benjamim Constant.	1855
Escola Normal de Recife	Inicialmente destinada a formar professores do sexo masculinos com 37 alunos matriculados. Em 1875 foi permitida a frequência do sexo feminino.	1864
Liceu de Artes e Ofícios do Recife	O ensino compreendia uma parte teórica e outra de preparação profissional e artística.	1871
Sociedade Propagadora da Instrução em Pernambuco	Criada com a finalidade de difundir e auxiliar por todos os meios legais, o ensino primário, secundário e superior de Pernambuco.	1872

Fonte: Informações sistematizadas a partir de Duarte (1986)



Do Quadro 4 podemos inferir que as instituições educativas, organizações reguladoras e legislação criadas no período indicado, embora significativas, foram pontuais e pouco impacto tiveram para, se não acabar, pelo menos reduzir substancialmente o analfabetismo das classes populares.

4. Conclusões

A Capitânia de Pernambuco desde muito cedo se configurou como importante lugar do processo colonial, principalmente pelo seu desempenho na produção de açúcar, que teve lugar privilegiado de atenção e concentração de poder político e econômico no Brasil Colônia. Cedo, Pernambuco, mais especificamente Olinda e mais tarde Recife, se distinguiu no Nordeste como a capitania preferida da Coroa portuguesa. Nessa direção, desde o início, os senhores de engenho, enquanto classe dominante da Colônia, e na estreita relação que mantinham com a realeza de Portugal, construíram os caminhos dos privilégios que os colocavam em posição de decidir os rumos dos investimentos reais. Assim, o poder político, conjugado com o poder econômico, jogava a favor de seus interesses.

Dentro deste cenário a educação em Pernambuco surge em primeiro lugar para fortalecer o processo colonial, através da catequização do novo mundo e em seguida para atender às necessidades da indústria açucareira e do pequeno comércio. Para tanto era necessário que alguns trabalhadores soubessem minimamente ler, escrever e contar. Esta era a finalidade das aulas de Primeiras Letras.

Para os filhos da elite, a educação serviria para elevar o espírito, mas principalmente para garantir a administração do patrimônio, principalmente o açucareiro, a defesa dos interesses políticos e a reprodução da burguesia. A instrução do povo, por sua vez, sempre se fez de maneira tímida, sendo acessível apenas nas brechas que poderiam beneficiar os senhores de engenho, protagonistas da indústria açucareira, ou da classe de políticos e comerciantes ricos do Recife.

No Brasil Império, apesar do discurso oficial apontar para ampliação do acesso das classes populares à escola, não houve uma política que garantisse isso, mas apenas ações pontuais, com público bem definido. Algumas inovações foram importantes, mas não suficientes para garantir a todos os cidadãos a instrução primária e gratuita, conforme consta na Constituição de 1824. Durante todo o Império, o Brasil esteve muito longe de atender ao objetivo da universalização do ensino primário. No entanto, importa referir que a política de instituição de aulas e escolas de primeiras letras para as meninas, apesar da precariedade com que foi concretizada, pois em muitas escolas não havia professores, foi um marco importante do Brasil Império, mesmo tendo em conta que esta educação foi destinada às meninas filhas das classes mais ricas, tanto do meio urbano quanto do rural.



Do Brasil Colônia ao Brasil Império, Pernambuco se projetou na vanguarda, tanto no nível da Região Nordeste quanto do Brasil, e teve sempre seu prestígio e poder econômico e político reconhecidos. A história da educação em Pernambuco acompanhou esta centralidade e, em decorrência disso, as conquistas políticas neste campo beberam de alguma maneira desse prestígio e projeção econômica, principalmente pela vinculação da educação aos projetos dominantes.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil (1550/1889): história e legislação**. Tradução Antonio Chizzott. São Paulo: EDUC e Brasília: INEP, 1989
- DUARTE, Luiz Vital. **A educação em Pernambuco: pesquisa histórica**. Recife: Ed. do Autor, 1986.
- GODOY, Arilda Schmidt (1995), Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração**, São Paulo, 35, n.2, p. 57-63, mar-abr.
- LEMME, Paschoal. **Problemas brasileiros de educação**. Rio de Janeiro: Ed. Vitória Limitada, 1959.
- MAIA, Nayala de Souza Ferreira. **Açúcar e transição para o trabalho livre em Pernambuco**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009.
- MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias: subsídios para a história da educação no Brasil. 1835 – 1889**. v. 1. Das Amazonas às Alagoas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940
- PRADO JUNIOR, Caio. **Historia Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição Política do Império do Brasil** (De 25 de Março de 1824). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm. Acesso em 07.06.2012.
- SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. Marquês de Pombal e a Reforma Educacional Brasileira. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs). **Navegando pela História do Brasil**. Campinas, SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006.
- SELLARO, Lêda Rejane Accioly. **Educação e modernidade em Pernambuco: inovações no ensino público (1920/1937)**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2009.
- SILVA, Adriana Maria Paulo. **Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco entre fins do Século XVIII e primeira metade do Século XIX**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.